



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	46/126/13
Poder	LEGISLATIVO
Município	Coroados
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE COROADOS
Período	12/2013
Relator	Dr. Antonio Roque Citadini
Unidade Fiscalizadora	UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA
Responsável	AILTON LUIZ BORBA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	538.292.808-82
Período de Gestão	01/01/2013 a 31/12/2014

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	12	2013
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	12	2013
Conciliações Bancárias Mensais	12	2013
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CONTABIL	13	2013
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 13 CONTA CORRENTE	13	2013
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CONTABIL	14	2013
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CORRENTE	14	2013

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2012	R\$ 315.917,88	R\$ 13.009.233,62	2,4284%	6,0000%
4/2013	R\$ 332.742,31	R\$ 13.773.882,34	2,4157%	6,0000%
8/2013	R\$ 342.200,30	R\$ 13.972.045,67	2,4492%	6,0000%
12/2013	R\$ 355.919,47	R\$ 15.118.049,82	2,3543%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 20/05/2014

Hora da Geração: 01:01:35